



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

ÉERICA DA SILVA MOURA

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO SURDO EM TURMAS REGULARES
DE ENSINO: a realidade em uma escola estadual da cidade de Picos-PI**

**PICOS - PI
2022**

ÉRICA DA SILVA MOURA

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO SURDO EM TURMAS REGULARES
DE ENSINO: a realidade em uma escola estadual da cidade de Picos-PI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB), Coordenação do Curso de Pedagogia, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª. Msc. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz.

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

M929o Moura, Érica da Silva

O processo de inclusão do aluno surdo em turmas regulares de ensino : a realidade em uma escola estadual da cidade de Picos – PI / Érica da Silva Moura – 2022.

Texto digitado

Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo-
CSHN

Aberto a pesquisadores, com restrições da Biblioteca
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal
do Piauí, Licenciatura em Pedagogia, Picos, 2022.

"Orientadora : Dra. Isabel Cristina de Aguiar Orquíz"

1. Aluno surdo. 2. Inclusão – ensino regular. 3. Educação inclusiva.
Orquíz, Isabel Cristina de Aguiar. II. Título.

CDD 371.98122

Emanuele Alves Araújo CRB 3/1290

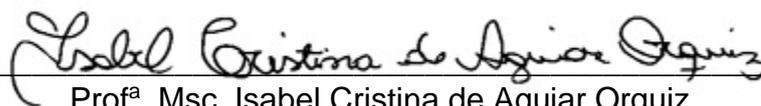
ÉRICA DA SILVA MOURA

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO SURDO EM TURMAS REGULARES
DE ENSINO: a realidade em uma escola estadual da cidade de Picos-PI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB), como requisito para a obtenção do título de Pedagoga.

Aprovado em 17 de maio de 2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Msc. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz
(Orientadora – UFPI/CSHNB)



(Membro - UFPI/CSHNB)



(Membro - UFPI/CSHNB)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus pelas maravilhas que realiza todos os dias na minha vida e na de minha família.

Aos meus familiares pelo apoio e colaboração no decorrer de toda minha formação acadêmica.

Aos meus professores, em especial, a minha orientadora Prof^a. Msc. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz, por todas as experiências vividas e ensinamentos reciprocamente transmitidos e colaboração na construção desse estudo.

Aos amigos do curso pela amizade construída.

Enfim, a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram na conclusão deste trabalho.

Dedico este estudo a Deus, aos meus familiares pelo apoio e a todas as pessoas que contribuíram para a concretização desse trabalho.

“Deficiente” é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive sem ter consciência de que é dono do destino.

(Fernandes, 2007)

RESUMO

A língua é o principal meio de desenvolvimento do processo cognitivo do pensamento humano. Assim, a relação entre o homem e o mundo acontece mediada pela língua, porque permite ao ser humano planejar suas ações, estruturar seu pensamento, registrar o que conhece e comunicar-se. Nesse contexto surge um problema: “Quais os principais desafios na inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino?”. Diante dos obstáculos existentes dentro deste universo faz-se necessário: Investigar sobre o modo que está acontecendo à inclusão nas escolas, e em particular a inclusão de crianças surdas no ensino regular e os aspectos que contribuem para a efetivação das práticas na sala de aula. De maneira específica, espera-se: Conhecer o processo de inclusão do aluno surdo em turmas regulares de ensino; Descrever como ocorre o processo inclusivo da criança surda em turmas regulares de ensino, bem como, Analisar as propostas inclusivas que ocorrem na rotina da sala de aula regular com o intuito de possibilitar a comunicação, interação e aprendizagem do aluno surdo. O estudo realizado, caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa e descritiva. Como instrumento utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturada. Para a elaboração do aporte teórico, buscou-se autores como: Pinto (2012), Skliar (2013), Silva (2016), Teles (2018), Veigas (2011), entre outros pesquisadores. Com bases na pesquisa realizada, percebe-se que os surdos possuem desenvolvimento cognitivo compatível de aprender como qualquer ouvinte, no entanto, os surdos que não adquirem uma língua, têm dificuldade de perceber as relações e o contexto mais amplo das atividades em que estão inseridos, assim o seu desenvolvimento e aprendizagem ficam fragmentados.

Palavras chaves: Aluno surdo. Inclusão. Ensino regular.

ABSTRACT

Language is the main means of development of the cognitive process of human thought. Thus, the relationship between man and the world is mediated by language, because it allows human beings to plan their actions, structure thoughts, register what they know and communicate. In this context, a problem arises: "What are the main challenges in the inclusion of deaf students in the regular school system?". about the obstacles existing within the school, and the factors that contribute to the effectiveness of practices in the classroom. Specifically, it is expected to: Know the process of inclusion of deaf students in teaching classes; To describe how the inclusive process of the child occurs in regular teaching classes, as well as, to analyze how inclusive proposals that happen in the routine of the regular classroom in order to enable the communication, interaction and learning of the deaf student. The study carried out is characterized as a qualitative and descriptive research. As an instrument, a semi-structured interview script was used. For the elaboration of a theoretical work, authors such as: Pinto (2012), Skliar (2013) were sought. Silva (2016), Teles (2018), Veigas (2011), among other researchers. Based on the research carried out, they find it difficult to perceive experiences and the broader context of the activities in which they are inserted. thus their development and learning are fragmented.

Keywords: Deaf student. Inclusion. Regular education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Definição de inclusão de alunos surdos	27
Tabela 2: Capacitação a respeito da inclusão de alunos surdos	28
Tabela 3: Dificuldades na inclusão de alunos surdos	29

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Visão externa da Unidade Escolar Landri Sales em Picos-PI	26
---	----

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	35
Apêndice B: Questionário de Pesquisa	36

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	ORIGEM E EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA SURDOS	15
2.1	Direitos legais atribuídos aos surdos no Brasil	17
3	A FORMAÇÃO DO DOCENTE E SEU PAPEL DIANTE DA INCLUSÃO ESCOLAR	20
4	PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	24
4.1	Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados	25
4.2	Sujeitos da Pesquisa	26
4.3	Análise de Dados: Os Escritos dos Professores Participantes do Estudo	27
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
	REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

A língua é o principal meio de desenvolvimento do processo cognitivo do pensamento humano. Por isso a presença de uma língua é considerada fator indispensável ao desenvolvimento dos processos mentais. A relação entre o homem e o mundo acontece mediada pela linguagem, porque permite ao ser humano planejar suas ações, estruturar seu pensamento, registrar o que conhece e comunicar-se.

A disposição de um ambiente linguístico é necessária para que a pessoa possa sintetizar e recriar os mecanismos da língua. É através da linguagem que a criança percebe o mundo e constrói a sua própria concepção. Com bases na pesquisa realizada, percebe-se que os surdos possuem desenvolvimento cognitivo compatível de aprender como qualquer ouvinte, no entanto, os surdos que não adquirem uma língua, têm dificuldade de perceber as relações e o contexto mais amplo das atividades em que estão inseridos, assim o seu desenvolvimento e aprendizagem ficam fragmentados.

Segundo Skliar (2015), os processos de desenvolvimento da linguagem incluem o conjunto de interações entre a pessoa e o ambiente tornando-se necessário desenvolver alternativas que possibilitem as pessoas com surdez adquirirem linguagem aperfeiçoando esse potencial.

Quando uma pessoa surda tem acesso a sua língua natural, ou seja, a língua de sinais, ela se desenvolve integralmente, pois tem inteligência semelhante à dos ouvintes, diferindo apenas na forma como aprendem que é visual e não oral-auditiva. No entanto, a maioria das crianças surdas vêm de famílias ouvintes que não dominam a língua de sinais, e por isso, é essencial a imersão escolar na primeira língua das crianças surdas, já que essa aquisição da linguagem permitem o desenvolvimento das funções cognitivas.

Em sua origem e evolução histórica, não se sabe certo onde surgiu a língua de sinais nas comunidades surdas, mas foram criadas por homens que tentaram recuperar a comunicação através dos demais canais por terem um impedimento auditivo. Não existem registros oficiais do surgimento da língua de sinais no mundo. Alguns educadores, mesmo fracassando não mediam esforços para fazer os surdos falarem, inclusive no Brasil, já outros, criavam adaptações técnicas e metodologia específica para ensinar os surdos levando em consideração as suas diferenças

linguísticas. No entanto, vários surdos sinalizavam entre si, criando um momento propício para a constituição de uma língua de sinais.

A inclusão é assunto de grande importância, e sua discussão é essencial em todos os âmbitos, e tendo em vista que a escola é o espaço formal de transmissão de conhecimentos, responsável pela formação intelectual e moral dos indivíduos e capaz de proporcionar o desenvolvimento do aluno em todos os aspectos é imprescindível analisar sobre como é feito o trabalho de inclusão dentro da sala de aula, sobretudo no Ensino Fundamental, tamanha sua importância para o desenvolvimento da criança.

O propósito do processo de inclusão na sala de aula consiste em proporcionar aos alunos um ambiente que respeite suas diferenças, considerando sua dificuldade e limitações e desenvolvendo as aulas de modo a adequar todo o processo de acordo com cada indivíduo de forma que todos consigam participar e aprender segundo suas necessidades.

Nesse sentido, cabe enfatizar a importância de se discutir a inclusão da pessoa com deficiência, e neste trabalho especificamente a inclusão de crianças surdas em turmas regulares de ensino com o intuito de investigar como se dá todo o processo de inclusão dessas crianças.

Nesse contexto surge um problema: “Quais os principais desafios na inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino?”.

A escolha pela temática proposta justifica-se pelo fato de que a pessoa com deficiência e em particular a pessoa surda enfrenta barreiras ao longo de sua trajetória, exemplo disso é o seu acesso a uma educação de qualidade. E se tratando de crianças surdas no ensino regular esses obstáculos podem ser ainda maiores por se tratar de uma etapa essencial para o desenvolvimento do aluno. As políticas de inclusão garantem o acesso a uma educação inclusiva em turmas regulares, mas na realidade as práticas do dia a dia não permitem que esses indivíduos possam se desenvolver de forma satisfatória, e apesar de já existirem alguns documentos que assegurem seus direitos, ainda assim o processo de inclusão não é completo.

Diante dos obstáculos existentes dentro deste universo faz-se necessário: Investigar sobre o modo que está acontecendo à inclusão nas escolas, e em particular a inclusão de crianças surdas no ensino regular e os aspectos que contribuem para a efetivação das práticas na sala de aula. De maneira específica, espera-se: Conhecer o processo de inclusão do aluno surdo em turmas regulares de ensino; Descrever como ocorre o processo inclusivo da criança surda em turmas regulares de ensino,

bem como, Analisar as propostas inclusivas que ocorrem na rotina da sala de aula regular com o intuito de possibilitar a comunicação, interação e aprendizagem do aluno surdo.

Portanto, a realização deste trabalho é de extrema importância, não só para os profissionais que atuam na educação especial e defendem a proposta bilíngue tratada nesse estudo, mas é relevante para todos os educadores que acreditam no processo de inclusão socioeducativo para as pessoas surdas como condição da cidadania.

2 ORIGEM E EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA SURDOS

A complexidade da educação dos surdos só pode ser entendida a partir de uma perspectiva mais ampla que abranja a sua história e que mostre quais as fundamentações teóricas, filosóficas e ideológicas que a embasaram. Nesse espaço, constata-se que a mesma foi construída com base em estudos realizados por pesquisadores internacional. A partir do conhecimento dos estudos já realizados tem-se a possibilidade de se conhecer os acontecimentos e as consequências das transformações pelas quais passou a população com surdez e fornece informações que ajudam a compreender de maneira mais pontual as comunidades surdas em sua atual organização.

Kalatai (2012) recorda a discussão sobre a instrução pública gratuita e laica, iniciada em 1700, ligada à sua sistematização, e procurando caminhos para a sua realização na prática. Parece que a preocupação principal era o método de ensino; o autor aponta, também, que na primeira metade do século XIX, ou como ele denomina a educação nos Oitocentos, surge uma outra força, a classe proletária industrial que aponta, antagonicamente, a burguesia da Idade Moderna.

A primeira escola para surdos foi criada em 1756 por Abbé de L'Epeé, em Paris, o Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris, com uma filosofia manualista e oralista. "Foi a primeira vez na história que os surdos adquiriram o direito a uma língua própria." (VASH, 1998 p. 47). Os procedimentos e métodos usados, geralmente, foram pautados na experiência multissensorial para o desenvolvimento de uma Educação Especial.

No Brasil, em 1855, com o apoio do Imperador Pedro II, é fundado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos – IISM, para surdos. O professor que, por recomendação do Ministro de Instrução Pública da França, iniciou o trabalho, utilizava a língua de sinais, o colégio era só para meninos. Silva (2016) relata que esse professor francês, Ernest Huet, também surdo, por isso acreditava na capacidade educacional das pessoas surdas.

A escola tem várias funções, mas, no caso do IISM, percebe-se a função civilizatória apontada por Vash (1998), mediante a qual a correção do defeito e o ensino dos valores morais e bens culturais, tais como a escrita, a leitura, o cálculo são fundamentais para que o aluno surdo seja incorporado na sociedade.

Concomitante a isso, os meios de amplificação sonora vinham sendo pensados, principalmente desde o século XVII, como as cornetas acústicas manufaturadas. Entretanto, foi nos séculos XVIII e XIX que elas foram mais desenvolvidas, e apenas em 1876 surgiu a primeira prótese auditiva elétrica, “a partir da invenção do telefone por Alexandre Grahan Bell, professor de deficientes auditivos em Boston e defensor do método oralista. Todavia, o ganho desse aparelho era limitado” (VARGAS, 2011, p.57).

Devido aos avanços tecnológicos que facilitavam a aprendizagem da fala pelo surdo, o método oral é fortalecido. Assim, no mercado consumidor, mais um produto à venda propiciava lucro à base do capital. Uma obra referência nos estudos da Educação de Surdos Brasileiros é “Fundamentos de defectologia”, de Vygotsky (1997), onde ele registra suas principais ideias sobre a educação de surdos e faz uma dura crítica à crueldade com que se aplicava o método oral puro (método alemão), pois considera que a educação acabava “recorrendo a uma excepcional severidade e coação sobre a criança, objetivando ensinar-lhe a linguagem oral.

Em 1857 surge no Rio de Janeiro o Instituto Imperial de Surdos-mudos atual INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos), entretanto a maioria dos diretores eram ouvintes e defendiam o Oralismo.

Depois de vários anos de tentativas frustradas percebeu-se então que o Oralismo não surtira o efeito desejado surgindo a Comunicação Total, também difundida no Brasil. Com estudos em torno da Língua de Sinais, sobretudo de Lucinda Ferreira Brito iniciou-se os questionamentos da concepção Bilíngue.

A Educação de Surdos no Brasil e no mundo foi e é permeada de contrapontos a respeito de qual abordagem melhor atende à Surdez, contudo muitos educadores ouvintes e profissionais das mais diversas áreas ignoram o fato de questionarem o surdo sobre como poderá acontecer o processo de ensino-aprendizagem de forma significativa para tal.

2.1 Direitos legais atribuídos aos surdos no Brasil

Em 1994 é aprovado o direito de todas as crianças, com deficiência ou não estarem inseridas em escolas de rede regular de ensino conforme a Declaração de Salamanca. Mas, a estas, a mesma lei ainda define que o devido atendimento as suas necessidades deverão ser atendidas (BRASIL, 2005).

Em vinte e quatro de abril de 2002, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso sanciona a Lei número 10.436. Lei esta que oficializa a Libras – Língua Brasileira de Sinais como segunda língua do Brasil e declara a mesma como de direito de todo cidadão Surdo como sua língua materna (BRASIL, 2005).

Em 2005, aprova-se o Decreto 5.626 no dia 22 de dezembro. O decreto sustenta a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 e, especifica os direitos dos cidadãos Surdos como na área da saúde, educação, trabalho. Defende a Cultura Surda e a importância e obrigatoriedade do Intérprete de Libras e sua devida formação, esclarece ainda esses direitos e seus devidos responsáveis (BRASIL, 2005).

Atualmente, seguindo as exigências de tais legislações a Língua Gestual-Visual Brasileira ou Língua Brasileira de Sinais vêm sendo inserida nos cursos de graduação com licenciatura; e o profissional intérpretes de Libras vêm sendo contratados para atuarem em diversos espaços da sociedade.

Em algumas Universidades Federais do Brasil, já encontramos o curso de Letras/Libras como Licenciatura para formar Professores de Libras e Bacharelado para formação de Intérpretes. Teles (2018), declara que estes cursos tiveram início, respectivamente, em 2006 e 2008, contemplando alunos Surdos e Ouvintes.

A partir do momento em que a pessoa surda possui amparo legal para ingressar no ensino regular, todos os seus direitos devem ser respeitados, em especial o que está previsto no artigo 14 do Decreto 5626/05:

As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior (BRASIL,2005, p.4).

A política educacional vigente tem trazido crianças e adultos surdos às instituições públicas e particulares de educação regular. No caso dos adultos, cremos que a maioria para dar continuidade aos seus estudos, visto que grande parte das escolas de surdos, até alguns anos atrás, não ofertava etapas mais elevadas como o Ensino Médio, por exemplo.

Deste modo, os Surdos conseqüentemente têm a oportunidade de exercer diversos papéis na sociedade em que vivem igualmente como os demais cidadãos,

bem como receberem a devida educação institucionalizada; uma educação de qualidade respeitando suas limitações e capacidades.

A inclusão escolar de alunos com deficiência no ambiente escolar e, principalmente nas salas de aula do sistema regular de ensino, são processos resultantes de uma longa caminhada histórica, que se entrecruzam em muitos momentos. Ressalta-se, no entanto, que o paradigma atual da inclusão representa uma luta de uma parcela significativa da população mundial em busca de respeito a direitos básicos de cidadania e igualdade de oportunidades, constituindo uma trajetória muito mais longa e relevante.

Assim, no Brasil, com a Constituição Federal de 1988, documento que define e apresenta as leis fundamentais que rege o país, não deixou no cenário da educação de contemplar as pessoas com deficiência; o artigo 208, assegura a todos os cidadãos o direito à educação, dando ênfase aos deficientes no inciso III. Trazendo como um dos seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/ Lei nº 5.069/90), no seu art. 55, reforça os dispositivos supracitados, ao determinar que “os pais ou responsáveis tem a obrigação de matricular seus filhos e pupilos na rede regular de ensino”.

Ferreira (2000) mostra que documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), passaram a influenciar a elaboração de políticas públicas da educação inclusiva do Brasil. Isso foi um ganho significativo no sentido que de a legislação brasileira passou a olhar de maneira diferenciada para as pessoas com deficiência, entre elas, as que possuem Surdez; ampliando as possibilidades de exercerem a cidadania de forma plena, de acordo com cada situação.

Nessa perspectiva, ao assumir tal compromisso, o país deveria estabelecer uma profunda modificação no sistema educacional de ensino, abrindo espaço para um diálogo e práticas inclusivas. Construindo configurações de acolhimento a todos indistintamente, com qualidade e competência, principalmente no que se refere aos alunos com deficiência.

Compreende-se assim, a relevância de informações de uma postura inovadora no desenvolver da educação inclusiva para este público. No entanto, sabe-se que

muitos são os obstáculos à oferta de educação para esse alunado, principalmente dentro dos padrões da educação inclusiva.

3 A FORMAÇÃO DO DOCENTE E SEU PAPEL DIANTE DA INCLUSÃO ESCOLAR

A capacitação adequada dos profissionais é fundamental para elaboração de estratégias que proporcionem aos educandos o desenvolvimento do seu conhecimento. Conforme Pinto (2012, p.37) “a capacitação de profissionais e uma equipe interdisciplinar são necessários para o desenvolvimento de um trabalho adequado com alunos com deficiência”.

Sob este olhar, a formação e qualificação dos profissionais na perspectiva inclusiva devem ocorrer de maneira continuada para alcançar o fortalecimento da qualidade no atendimento aos alunos (SILVA, 2014). Com isso, essa capacitação adequada propicia o desenvolvimento de uma competência voltada para aceitação da diversidade entre os alunos como também a construção das potencialidades de cada um destes.

A ausência da qualificação dos profissionais da escola rompe com as necessidades exigidas na contemporaneidade pelos alunos com deficiência, e conseqüentemente, não contribui para alcançar a eficácia no processo de inclusão.

O Artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (Artigo 208).

Entretanto, é importante mencionar que em nosso contexto brasileiro, existem documentos que priorizam a inclusão de pessoas surdas na educação regular, em especial a LDB 9394/96 e a Política de Educação Inclusiva (2005), porém, sabe-se que, no caso brasileiro, há sempre uma distância muito grande entre o que é promulgado em lei e o que se efetiva no cotidiano das instituições de ensino.

Desse modo, para efetivar a eficácia da proposta de educação inclusiva nas escolas exige mudanças nas suas ideias e práticas, para que esta acolha tais alunos, removendo as barreiras arquitetônicas e produzindo recursos didático-pedagógicos adaptados para os mesmos.

Entretanto, evidenciando o contexto da Educação Infantil, o que se percebe é que alunos enquadrados entre a faixa etária entre 4 a 6 anos são colocados nas salas de aula nas diversas instituições de ensino regular, porém, sem que os professores tenham sido preparados para diagnosticar uma deficiência na criança e quais as

formas corretas e eficazes de tratamento e cuidados com essas crianças, contrariando o parágrafo III do artigo 59 da atual Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – LDBEN, que preconiza que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: III. Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 2005, p. 50).

Deve-se ressaltar a valorização e o respeito humano como uma das principais armas para que o preconceito e a discriminação sejam eliminados, ou pelo menos amenizados, não só em nossas escolas, mas também em todas as vértices da sociedade. Entretanto, é indispensável que os pais e responsáveis de alunos que apresentam algum tipo de deficiência sejam conscientizados de que a inclusão é um processo contínuo que exige a interação assídua de ambas as partes: família e escola.

Nesse sentido, a escola desempenha sua função social, socializadora de conhecimentos, formação integral da criança, a construção da sua autonomia e de sua identidade. Assim, a participação e colaboração da família é algo imprescindível para que o sucesso e os objetivos propostos na formulação dessa inclusão sejam alcançados.

O atendimento escolar e profissional para os educandos é um fator indispensável para que a inclusão se efetive de maneira concreta. É importante o trabalho com a política de um Atendimento Educacional Especializado (AEE) direcionado para a promoção de um ensino flexível e dinâmico que contribui de maneira positiva para a formação plena e integral dos educandos.

Nos contexto educacional atual de nossas escolas, devem-se criar condições favoráveis para que a educação inclusiva e compromissada com o desenvolvimento integral do educando aconteça de forma globalizada.

A busca pela inclusão dos portadores de deficiência nas escolas regulares ou em classes especiais, já está acontecendo a todo vapor. São construídas no prédio dessas instituições escolares meios e/ ou recursos que propiciem a qualidade desse ensino como: rampas, banheiros próprios para determinadas limitações físicas, bibliotecas com livros em braile. Enfim, condições especificamente física e/ou materiais.

No entanto, espera-se que também seja despertada através de situações e momentos específicos a conscientização sobre a importância do respeito diante desses portadores, reconhecendo que os mesmos, independente de que limitação possua, têm o mesmo direito de viver e as mesmas oportunidades ao conhecimento sistematizado. A inclusão só acontecerá de fato no momento em que a sociedade de modo geral reconheça a importância e a necessidade dessa inclusão em todos os setores do meio social no qual os sujeitos estão inseridos.

Desse modo, preocupar-se e valorizar-se com essa comunicação é estar sempre em busca de um ensino altamente crítico que desperte competências e habilidades nos educandos. Portanto, promove o desenvolvimento pleno dos mesmos.

Portanto, a escola, como sendo um ambiente promissor ao conhecimento, tem como uma de suas principais finalidades não apenas fazer com que os alunos aprendam determinados conhecimentos programáticos, mas que, assegure por meio de uma interação assídua com a família, um aprendizado significativo e de qualidade.

A inclusão escolar de alunos com necessidades especiais nas salas de aula do sistema regular de ensino, são processos resultantes de uma longa caminhada histórica, que se entrecruzam em muitos momentos. Ressalta-se, no entanto, que o paradigma atual da inclusão representa ou representou uma luta de uma parcela significativa da população mundial em busca de respeito a direitos básicos de cidadania e igualdade de oportunidades, portanto uma trajetória muito mais longa e relevante.

De acordo com Vash (1998, p. 36) “a formação do professor tem sido tema de discussão e debate no meio educacional, principalmente, quando se analisa a qualidade da educação e a inclusão escolar”. Apesar da ampla discussão e das diferentes perspectivas de estudo, a formação docente ainda não qualifica uma atuação eficientemente e satisfação pessoal do próprio professor. Portanto, a reflexão sobre este assunto pretende ampliar a discussão para que caminhos possam surgir, tendo em vista uma formação docente que atenda as necessidades atuais de uma escola inclusiva.

A compreensão da educação inclusiva como conceito se configura em um movimento de reorganização da sociedade e da escola que assume como referência a ambivalência incluindo/excluindo como conflito e aponta essa superação, na ideia

de que é possível acabar com o excluído. Uma superação na ideia de que é possível acabar com o excluído.

Para Vash (1998, p. 36), os estudos culturais podem fundamentar as ações educativas comprometidas com a construção de uma escola democrática fundada na convivência entre identidades culturais e sociais múltiplas. Mas para que isso ocorra é necessário que sejam questionadas as desiguais relações de poder que se manifestam em atitudes preconceituosas e excludentes.

Diante de todas essas questões expostas e desses aspectos abordados ao longo dos capítulos, espera-se que o presente trabalho tenha contribuído para uma discussão ampla sobre as questões envolvendo a inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino, direcionando os profissionais e leitores para uma abordagem sobre a importância das práticas pedagógicas diferenciadas, bem como, metodologias ativas que permitam o desenvolvimento do educando com deficiência no processo de aprender a partir da problematização, como estratégia de ensino e aprendizagem, com intuito de motivar o aluno. Assim, de acordo com esse pensamento é válido destacar que o aluno tem a oportunidade de solucionar questões e promover seu próprio desenvolvimento a partir das experiências vividas, fazendo parte da convivência social e escolar junto com as pessoas consideradas “normais”.

4 PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A metodologia é vista como caminho percorrido pelo pesquisador, o que ele vai usar para atingir seus objetivos, de modo que não há pesquisa sem metodologia. Para Richardson (2013), *methodos* significa organização, e *logos*, estudo sistemático, pesquisa, investigação; ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Através disso, em seguida será mostrado o desenrolar do estudo, percebendo-o como a trajetória utilizada para se chegar aos objetivos determinados, considerando os elementos envolvidos como essenciais para a realização desse estudo.

Essa pesquisa teve como objetivo um estudo mais elaborado e aprofundado sobre determinado assunto, onde buscam respostas para questionamentos apontados. Segundo Gil (2015), existe duas razões para fazer pesquisa: razões de ordem intelectual e razões de ordem prática. As razões de ordem intelectual decorrem da vontade de conhecimento pela sua própria satisfação, já as razões de ordem prática veem do desejo de conhecer, e de fazer algo mais eficaz.

Sendo assim, se pensarmos a pesquisa em educação, precisamos ressaltar seu objeto de estudo, pois tem como propósito o estudo dos fenômenos comunicacionais da sociedade atual, fazendo uma investigação de forma abrangente de como esses fenômenos podem afetar, ou como afetam a sociedade de forma geral.

O nível de pesquisa a ser utilizado neste trabalho é a descritiva, pois ela tem como objetivo o estudo de características de determinado grupo. “Entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estão de saúde física e mental” (GIL, 2015, p. 42).

A abordagem a ser usada para definir o grau de qualidade deste trabalho é a qualitativa, que “pode ser caracterizada como sendo uma tentativa de explicar-se em profundidade os significados e as características do resultado das informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas sem a mensuração quantitativa de características ou comportamento” (RICHARDSON, 2013, p. 39).

Como consequência, o planejamento de estudo/pesquisa de campo apresenta muito maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam

reformulados ao longo da pesquisa. [...]. Na pesquisa de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo (GIL, 2015, p.53). O estudo/pesquisa de campo tem como características o estudo mais aprofundado sobre os questionamentos apontados de um determinado grupo ou comunidade com o objetivo de encontrar resultados mais flexíveis e confiáveis, devido o fato de o pesquisador participar de forma visível da pesquisa.

Como instrumento de pesquisa foi aplicado uma entrevista com objetivo de comparar evidências coletadas com outras fontes a fim de ampliar a confiabilidade do estudo, além de oferecer diferentes olhares sobre o evento. Dessa forma, a entrevista cumpre seu papel de fornecer dados relevantes ao pesquisador.

A análise dos dados coletados deverá estar alinhada com a abordagem epistemológica do pesquisador e com as características do fenômeno estudado. Utilizando a análise qualitativa de conteúdo (RICHARDSON, 2013).

Desse modo, o pesquisado não foi identificado de forma alguma, respondendo as perguntas de forma individual, sem ajuda do pesquisador, evitando interferências e influências. Assim, após a coleta de dados será procedida à etapa de análise e tabulação dos resultados obtidos culminando com a elaboração do relatório monográfico sobre a pesquisa realizada. Finalizadas as entrevistas, chega-se o momento de leitura e análise dos conteúdos, como filtragem do que se mostra mais significativo, relevante e repetitivo, sendo levado em conta àquelas informações que melhor responderão aos objetivos do estudo.

4.1 Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados

A pesquisa foi realizada na Unidade Escolar Landri Sales, situada na Monsenhor Hipólito, s/n, Bairro Canto da Várzea na cidade de Picos – PI, englobada na esfera da rede pública estadual de ensino, a escola foi fundada no ano de 1971, oferecendo a toda comunidade escolar o Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Ensino Médio no período noturno.

Dessa forma, o estabelecimento de ensino possui uma filosofia de trabalho direcionada a oferecer diariamente um ensino de qualidade, envolvendo a participação de toda a comunidade escolar, respeitando as diferenças e valorizando a ética implantando ações inovadoras, que a cada dia diversificam o plano pedagógico

desenvolvido no seio escolar. Nesse sentido, as condições da escola são boas, piso, teto, portas e janelas.

Figura 01: Visão externa da Unidade Escolar Landri Sales em Picos-PI.



FONTE: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2022.

Além disso, o planejamento escolar é realizado pela coordenação pedagógica, diretor e professores mensalmente. O planejamento é realizado em um dia do mês, onde são discutidos os problemas existentes na instituição.

A escola segue o calendário escolar como 200 dias letivos, distribuídos em 800 horas de efetivo exercício, elaborado pela secretaria de educação e adaptado conforme a necessidade da escola. Os eventos e datas comemorativas são planejados pelos professores e funcionários da escola juntamente com o coordenador e diretor. Em relação a relação família e escola existe um bom relacionamento, pois a escola procura estar sempre familiarizada com os pais de alunos.

Como instrumento utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturada. Assim, a entrevista utilizou-se de questões fechadas e abertas sobre a temática em estudo.

4.2 Sujeitos da Pesquisa

Participaram da entrevista, 03 (três) professores do Ensino Fundamental da rede regular de ensino que tem alunos surdos em suas salas no intuito de ampliar as

discussões sobre o tema. Porém, para melhor organização do estudo, os professores entrevistados foram nomeados de acordo com um nome de flores evitando a exposição dos mesmos.

4.3 Análise de Dados: Os Escritos dos Professores Participantes do Estudo

Os professores são definidos como aqueles sujeitos que ensinam ou transferem determinados conhecimentos e informações. Nesse sentido, conhecer a realidade e o posicionamento dos docentes em relação a determinados problemas e dificuldades pedagógicas é remeter-nos a um debate que promove discutirmos aspectos e fatores que interferem de maneira expressiva nos resultados alcançados ao final de uma determinada etapa escolar, os quais podem ser positivos ou negativos, dependendo da maneira como os mesmos conduzem esse processo.

Com isso, visando contextualizar informações teóricas descritas no embasamento de autores que abordam a temática, com informações e vivências descritas na realidade, observadas e relatadas por meio de uma pesquisa exploratória, entrevistou-se três professores que trabalham, na sua sala de ensino regular, com alunos surdos.

Inicialmente a mesma foi questionando sobre como define a inclusão dessas crianças. Sob esse aspecto os professores destacaram que:

Como você define a inclusão de alunos surdos na rede regular de ensino?
MARGARIDA: <i>“Incluir por si só já é sinônimo de juntar, acrescentar... É benéfico por trazer experiências novas a todos, levando em conta que a criança (todas) passa a perceber que o mundo e as pessoas são universos enormes de dimensões grandiosas”.</i>
ROSA: <i>“É interessante descobrir o potencial de quem muitas vezes não acreditamos como seres capazes”.</i>
TULIPA: <i>“A inclusão possibilita o contato da pessoa com deficiência, junto aos tidos “normais”. Isso é muito bom porque favorece o contato com uma aprendizagem significativa”.</i>

Tabela 01: Definição de inclusão de alunos surdos

FONTE: Elaboração própria, 2022

Nesse sentido, levando em consideração o posicionamento dos professores entrevistados, pode-se concluir que a inclusão só é efetivada quando o outro, no caso as crianças que apresentam algum tipo de deficiência, passam a ser visto sem diferença e discriminação, isto é, quando não existem diferenças no modo de tratar e relacionar-se com os demais sujeitos. Isso é tão simples e bonito. Entretanto, muitas pessoas ainda agem de maneira preconceituosa e discriminatória com pessoas tidas como “diferentes”.

Fala-se muito em capacitação e formação para trabalhar frente ao ensino inclusivo. A esse respeito, os docentes responderam que:

Você possui alguma capacitação sobre inclusão de alunos surdos na rede regular de ensino?
MARGARIDA: <i>“Ainda não fiz nenhuma especialização na área de inclusão. Mas ainda quero fazer”.</i>
ROSA: <i>“Além do curso de Letras/ Português, também tenho Pedagogia. No curso de Pedagogia fizemos um projeto sobre inclusão. E também tenho especialização em Educação Inclusiva”.</i>
TULIPA: <i>“Estou fazendo uma especialização em inclusão escolar”.</i>

Tabela 02: Capacitação a respeito da inclusão de alunos surdos
FONTE: Elaboração própria, 2022

As especializações e preparo dos professores diante da inclusão de alunos surdos na rede regular de ensino rendem resultados positivos no decorrer do processo de ensino aprendizagem. Espera-se que os docentes estejam capacitados no contato com a inclusão escolar, pois, muitos educadores dizem não estarem preparados e não terem condições para arcar financeiramente com a essa formação continuada e específica, embora considere necessária e urgente essa inclusão.

Segundo Silva (2016) “a inclusão social é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”. Com a prática da inclusão, cria-se um novo modo de integração social, onde uma revolução de valores e atitudes exige mudanças na estrutura da sociedade e da própria educação escolar.

A integração plena dessas pessoas passa pela igualdade de oportunidades e de direitos. Com isso, podemos dizer que o processo de integração é como uma estrutura que favorece um ambiente de convívio, o menos restritivo possível, e que oferece oportunidades às pessoas com necessidades educacionais especiais a um processo dinâmico de participação em todos os níveis sociais (TELES, 2018). Dessa forma, a inclusão caracteriza-se como sendo um processo prático que permite a oportunidade de igualdade de direitos e oportunidades educacionais para todos.

Os alunos surdos apresentam certas limitações e cuidados especiais. No entanto, não podem ser considerados como pessoas incapazes de aprender. Cada ser humano tem um nível de rendimento diferenciado do outro, isto é, cada um tem seu nível de aproveitamento da aprendizagem escolar. O que os diferencia das pessoas tidas como normais, é exatamente, esse nível. No entanto, cabe aos professores que incluam por meio de estratégias e atividades flexíveis, os deficientes, respeitando as suas limitações e o seu tempo de desenvolvimento.

No âmbito da escola, a inclusão promove a escolarização de crianças com necessidades educativas especiais no mesmo grupo dos colegas sem necessidades diferenciadas, durante uma parte ou na totalidade do tempo de permanência na escola.

A escola que temos está presa em valores positivistas, onde se tem a homogeneidade, a padronização, a classificação, a rotulação, a comparação, a seleção e, por consequência, a exclusão (SASSAKI, 1997). Dessa forma, quando questionados sobre a principal dificuldade encontrada para trabalhar com alunos surdos na rede regular de ensino:

Quais as principais dificuldades enfrentadas ao longo da inclusão de alunos surdos na rede regular de ensino?
MARGARIDA: <i>“É muito difícil a compreensão. Como não sei LIBRAS, fico sem ter retorno, sem saber se o aluno está aprendendo ou não”.</i>
ROSA: <i>“Acho que as escolas deveriam ter interpretes de Libras, pois, embora eu tenha especialização em inclusão, fica difícil, pois, acho que deveria ter um profissional específico de Libras”.</i>
TULIPA: <i>“A minha maior dificuldade é a interação com ele no processo de aprendizagem”.</i>

Tabela 03: Dificuldades na inclusão de alunos surdos
FONTE: Elaboração própria, 2022

A inclusão hoje é assumida como um novo paradigma social e educacional que visa resgatar o sentido original do termo integração, defendendo uma sociedade mais justa e mais democrática. Desse modo, embora vivamos e estejamos inseridos em uma sociedade altamente discriminatória, é indispensável que repensemos nossa prática docente no sentido de transformar a realidade educacional até então apresentada em um ambiente promissor e favorável a grandes mudanças. Para que isso aconteça é essencial que saibamos respeitar os demais sujeitos inseridos não só no contexto educacional, mas também, social.

A Educação Especial engloba um conjunto de estratégias e ações direcionadas a uma diversidade de necessidades educativas especiais. Além disso, possui uma equipe multidisciplinar composta por profissionais e especialistas que atuam nas mais variadas áreas de intervenção pedagógica.

Desse modo, essa modalidade de ensino configura-se como algo eficaz na promoção de uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento mais adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social, que viabilizam a promoção do desenvolvimento integral dos educandos portadores de necessidades especiais.

Por sua vez, tem desenvolvido seu trabalho pedagógico praticamente centrado nas peculiaridades desta população, reduzindo sua ação de tal forma que o fundamental de sua prática transita entre a abordagem clínica e a assistencial.

É imprescindível que estes alunos sejam vistos não como sujeitos que possuem determinadas limitações, mas, como seres humanos capazes de desenvolver inúmeras competências e habilidades, que quando despertadas, podem apresentar um potencial globalizado a ser explorado e trabalhado pelos professores através de estratégias desenvolvidas relacionadas com objetivos propostos viabilizadas pelos anseios humanos, sociais e pedagógicos que os mesmos almejam no planejamento escolar realizado na instituição de ensino.

Além disso, o ambiente familiar constitui o berço do processo ensino-aprendizagem de qualquer ser humano e nele o aprendiz está sujeito a ser influenciado decisivamente, quer pela negativa, quer pela positiva, como está, também, sujeito a presenciar vários tipos de indisciplina que podem dificultá-lo no processo de aquisição normal de conhecimentos. O ambiente familiar, entendido como sendo o primeiro espaço de aprendizagem, pode ser importante para que tenhamos uma sociedade e uma escola de referências como também pode ser

decisivo para que tenhamos uma sociedade e uma escola à margem daquilo que almejamos.

Sendo assim, a comunicação entre família e escola se faz necessária, pois, esse meio de veículo entre ambas vertentes da educação (escola x família), permite que os problemas e dificuldades de aprendizagem encontradas por alguma delas seja enaltecida, refletida e contextualizada com possíveis soluções e estratégias para reversão dos mesmos.

Desse modo, preocupar-se e valorizar-se com essa comunicação é estar sempre em busca de um ensino altamente crítico que desperte competências e habilidades nos educandos. Portanto, promove o desenvolvimento pleno dos mesmos. Portanto, a escola, como sendo um ambiente promissor ao conhecimento, tem como uma de suas principais finalidades não apenas fazer com que os alunos aprendam determinados conhecimentos programáticos, mas que, assegure por meio de uma interação assídua com a família, um aprendizado significativo e de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final de todas as etapas da realização desse estudo, conclui-se que o atendimento e a inclusão nos estabelecimentos de ensino regular não devem se restringir apenas a adaptação curricular e/ou pedagógica, mas que, essa inclusão perpassa as instalações físicas da instituição de ensino, para a formação e consciência crítica das pessoas em relação aos paradigmas e fatores relevantes que contribuem para que a mesma aconteça de maneira plena e significativa.

A proposta da Educação bilíngue é uma estratégia pedagógica trabalhada a partir da inclusão do ensino de LIBRAS na sala de aula, visando à eficácia desse processo de aprendizagem, beneficiando todos os educandos surdos, partindo de uma proposta de educação inclusiva.

Pode-se concluir também que as estratégias pedagógicas utilizadas pelos docentes no decorrer da prática educativa frente à inclusão devem partir de propostas de ensino que visem à qualidade do processo educativo frente à inclusão dessas crianças, relacionando o ensino de Libras e do Português.

Deve garantir também benefícios múltiplos, não restringindo apenas no aspecto cognitivo, mas que, desenvolva estratégias que contribuem para a inclusão social desses alunos.

Outro ponto relevante na pesquisa realizada é que os profissionais que atuam na educação clamam por formação continuada e capacitações, e isso, contribuiria de forma positiva na construção de um processo de aprendizagem significativo e de qualidade.

Nessa perspectiva, por meio da leitura desse trabalho foi possível saber as concepções referentes ao atendimento e a inclusão escolar, evidenciando a postura e o posicionamento de Professores no contato direto em sala de aula com um aluno surdo, bem como, as principais dificuldades que eles enfrentam e os anseios e perspectivas frente ao ensino inclusivo.

Portanto, após todas essas análises espera-se ter contribuído para um aumento no conhecimento, não só para profissionais que atuam na área, mas de toda a população, fazendo com que este conhecimento ampliado seja aplicado no decorrer dos seus dias como pessoas humanizadas, e para que também contribuam no aumento do bem estar das pessoas que possui algum tipo de deficiência, bem como, na minimização das dificuldades enfrentadas por eles, colaborando para a efetivação

e construção de um ambiente escolar acolhedor, prazeroso, harmonioso e acima de tudo, que contribua de maneira positiva na qualidade de vida, no atendimento escolar, bem como, na inclusão dessas crianças na rede regular de ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado e 5 de outubro de 1988.

_____. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Diário Oficial da União, Brasília/DF, nº 248, 23, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de educação especial: **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília, MEC, SEESP, 2001.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL. A Declaração de Salamanca sobre princípios. Política e Prática em Educação Especial. 1994.

FERREIRA, M. A. Os recursos didáticos na educação especial. Rio de Janeiro: **Revista Benjamin Constant**, 15. ed., abril de 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

KALATAI, P; STREIECHEN, E. M. **As principais metodologias utilizadas na educação dos surdos no Brasil**. In: SEMINÁRIO DE PEDAGOGIA, 3., 2012, Irati, PR. Anais Eletrônicos. Irati, PR: UNICENTRO, 2012. Disponível em: <<https://anais.unicentro.br/seped/pdf/iiiv3n1/120.pdf>>. Acesso em: 30 Abril 2022.

PINTO, Mariê; PACHECO, Dalmir; SÁNCHEZ LIZARDI, Patrícia. **Minha tabuada em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)**. In: Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste - XX EPENN: Educação, Culturas e Diversidades, 2011, Manaus-Am. Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste - XX EPENN: Educação, Culturas e Diversidades. Manaus-Am: Valer Editora, 2012.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo**. 2. Ed. São Paulo: Plexus, 2014.

SILVA, S. O. da. et al. **Os desafios enfrentados pelos sujeitos surdos no processo de educação do ensino regular**. II CINTEDI - Congresso Internacional de Educação Inclusiva. Campinas Grande: Editora Realize, 2016.

SILVA, V. J; MOREIRA, I. M. B. **As barreiras da comunicação no ensino de alunos surdos: um estudo de caso**. Anais III CONEDU - Congresso Nacional de Educação. Natal: Editora Realize, 2016.

SKLIAR, Carlos. Os estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. IN:_____ (org.) **A surdez**: um olhar sobre a diferença. Porto alegre: Mediação, 2013.

TELES, D. A; VÉRAS, F. S. S. O; ARAÚJO, L. C. **O aluno surdo na escola regular: os desafios da inclusão**. Anais V CONEDU - Congresso Nacional de Educação. Recife: Editora Realize, 2018.

VARGAS, J. S; GOBARA, S. T. **O aluno surdo nas escolas regulares**: dificuldades na inclusão. VIII ENPEC - Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. Campinas, vol. 1, p. 1-12, 2011.

VASH, C. **Enfrentando a deficiência**. São Paulo: Pioneira, 1998.

VEIGA, M. M. **A inclusão de crianças deficientes na educação infantil**. Revista PAIDEIA, 2008.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade Federal do Piauí - UFPI
Licenciatura em Pedagogia

TÍTULO DO TRABALHO/ PESQUISA: O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO SURDO EM TURMAS REGULARES D ENSINO: a realidade em uma escola estadual da cidade de Picos-PI

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Érica da Silva Moura

Tel.: (89) 99926-1926

ORIENTADORA: Prof^ª. Msc. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz

Prezado(a) professor(a),

Sou aluna do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, da Universidade Federal do Piauí - UFPI e estou realizando um estudo monográfico denominada “O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO SURDO EM TURMAS REGULARES DE ENSINO: a realidade em uma escola estadual da cidade de Picos-PI”. Este estudo tem como objetivo Investigar sobre o modo que está acontecendo à inclusão nas escolas, e em particular a inclusão de crianças surdas no ensino regular e os aspectos que contribuem para a efetivação das práticas na sala de aula. Esta pesquisa ajudará a conhecer as características afetivas da relação professor-aluno surdo, além de investigar a influência da afetividade nessa relação para a aprendizagem, bem como coletar sugestões para a melhoria dessa relação no decorrer do ato educativo. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a um questionário. Assim solicitamos a permissão para a gravação do áudio de suas entrevistas. Os dados coletados poderão ser utilizados em publicações e eventos científicos. Sua identidade será protegida pelo anonimato. A sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode se recusar a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Você não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras, nem será submetido a situações de risco. Participando da pesquisa, você contribuirá para uma reflexão mais aprofundada em relação à temática. Você receberá uma cópia desse termo, em que constam os contatos da pesquisadora e da orientadora, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Picos-PI, 01 de Abril de 2022.

Assinatura da Professora Participante: _____

Assinatura da Responsável pela Pesquisa: _____

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA



Universidade Federal do Piauí - UFPI
Licenciatura em Pedagogia

TÍTULO DO TRABALHO/ PESQUISA: O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO SURDO EM TURMAS REGULARES DE ENSINO: a realidade em uma escola estadual da cidade de Picos-PI

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Érica da Silva Moura

Tel.: (89) 99926-1926

ORIENTADORA: Prof^a. Msc. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz

Parte I – Identificação

Formação (maior nível completo): _____

Instituição: _____

Sexo: ____ Idade ____ Tempo de magistério: ____ (anos)

Série em que atua: _____

Parte II – A inclusão de alunos surdos na rede regular de ensino

01. O que você entende por inclusão da pessoa com deficiência no espaço educacional?
02. Você recebeu é especializado na área em que atua? Recebeu alguma capacitação ou formação específica para trabalhar com alunos surdos na rede regular de ensino?
03. Na sua opinião, a escola onde atua está preparada em termos físicos e pedagógicos para atender alunos surdos?
04. Quais as principais dificuldades vivenciadas no decorrer do processo de aprendizagem frente à inclusão de alunos surdos na turma regular de ensino?
05. A escola desempenha uma função social frente ao trabalho com a comunidade escolar em relação à inclusão de alunos com deficiência? Comente.
06. Como você avalia o processo de inclusão de alunos surdos na instituição de ensino? No seu ponto de vista o que realmente falta para que a proposta de inclusão funcione de maneira eficaz?

Muito obrigada pela colaboração.



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA "JOSE ALBANO DE MACEDO"

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
- () Dissertação
- (x) Monografia
- () Artigo

Eu, Érica da Silva Moura, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação da monografia. **O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO SURDO EM TURMAS REGULARES DE ENSINO: a realidade em uma escola estadual da cidade de Picos-PI.** de minha autoria, em formato PDF para fins de leitura e/ou Impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 19 de julho de 2022

Érica da Silva Moura

Assinatura

Isabel Cristina de Aguiar Aguiar

Assinatura